

Foi a burguesia brasileira interna? Política externa, luta de classes e tensões interburguesas de escala nos governos do PT

Gabriel Lecznieski Kanaan¹

Resumo: Este texto propõe algumas questões sobre o uso do conceito de burguesia interna para a análise do bloco no poder nos governos petistas. Partimos da teoria poulantziana para pensar a reprodução interiorizada e induzida do capital-imperialismo nas formações sociais dependentes através da atuação de aparelhos de hegemonia que operam associando a burguesia brasileira à estadunidense. Especificamente, investigamos as movimentações e posicionamentos da burguesia brasileira em relação à política externa e às reformas neoliberais nos governos do PT. Para isso, utilizamos como fonte o arquivo de telegramas enviados pela Embaixada e Consulados dos EUA no Brasil para Washington e vazados pela WikiLeaks. A partir disso, observamos, ao contrário do esperado de uma burguesia interna neodesenvolvimentista, 1) a formação de consensos burgueses em favor da aproximação ao capital-imperialismo estadunidense e contra as políticas de coalizões sul-sul e de protecionismo da indústria e dos recursos naturais estratégicos, e 2) a unidade do conjunto burguês em torno do ajuste fiscal e da desestatização. Por fim, debatemos a centralidade das tensões entre as diferentes escalas de concentração e centralização do capital (isto é, entre o capital monopolista e o não-monopolista) para analisar os fracionamentos burgueses no período.

Palavras-chave: Frações burguesas. Burguesia interna. Tensões interburguesas de escala. Capital-imperialismo. Política externa.

Abstract: This text poses some questions about the use of the concept of internal bourgeoisie to analyze the power bloc in PT governments. We start from the poulantzian theory to think about the internalized and induced reproduction of capital-imperialism in dependent social

¹ Doutorando em História pela Universidade Federal Fluminense.

formations through the agency of hegemony apparatuses that associate the Brazilian bourgeoisie with the American bourgeoisie. Specifically, we investigate the movements and positions of the Brazilian bourgeoisie in relation to foreign policy and neoliberal reforms in PT governments. For this, we used as source the archive of telegrams sent by the US Embassy and Consulates in Brazil to Washington and leaked by WikiLeaks. From this, we observe, contrary to what is expected from an internal neo-developmental bourgeoisie, 1) the formation of bourgeois consensus in favor of rapprochement with US capital-imperialism and against the policies of south-south coalitions and protectionism of industry and strategic natural resources, and 2) the unity of the bourgeoisie around fiscal adjustment and privatization. Finally, we debate the centrality of the tensions between the different scales of concentration and centralization of capital (that is, between monopoly and non-monopoly capital) to analyze the bourgeois divisions in the period.

Keywords: Bourgeoisie fractions. Internal bourgeoisie. Scale inter-bourgeois tensions. Capital-imperialism. Foreign policy.

O conceito de burguesia interna, de Paris a Campinas

O tema de fundo do debate que propomos aqui é a questão das alianças da classe trabalhadora com setores da burguesia brasileira – ou das “frentes”, para seguir a caracterização de Armando Boito Jr.², que diferencia estas das alianças por reunirem forças sociais que nem sempre estão organizadas (BOITO, 2018 [2010], 60-1). O autor propôs que os governos petistas articularam movimentos populares e setores burgueses em uma frente neodesenvolvimentista, que teve como fração hegemônica a grande burguesia interna brasileira. Esta, possuindo conflitos pontuais com o imperialismo, impulsionou uma política neodesenvolvimentista estimulando uma política externa

² Todas as referências a Boito neste artigo são a Armando Boito Jr., professor de Ciência Política da UNICAMP e filho de Armando Boito.

de coalizões sul-sul e de protecionismo da indústria e dos recursos naturais estratégicos através do apoio ao aparato estatal.

A polêmica sobre as possibilidades de alianças táticas e estratégicas entre o proletariado com setores ditos nacionalistas ou progressistas nos países dependentes é de longa data no marxismo. Se há uma burguesia brasileira defensora de um projeto nacionalista nos países periféricos, ela poderia ser aliada na luta do proletariado contra os capitalistas estrangeiros. A estratégia nacional-desenvolvimentista, caracterizada pela aliança do proletariado a setores chamados progressistas da burguesia contra o imperialismo, foi a defesa clássica dessa tese, ao longo do primeiro período da atuação do PCB, quando era guiado pela tese etapista da Internacional stalinizada de que nos países ditos atrasados era necessário uma revolução dirigida pela burguesia para cumprir as tarefas democráticas, as quais eram necessariamente anteriores à tomada do poder pelo proletariado.

Boito se diferencia das análises clássicas sobre a burguesia nacional, argumentando que com a implantação do neoliberalismo a partir da década de 1980, surgiu um novo período histórico no momento em que os empresários estrangeiros “romperam” com o projeto de desenvolvimento dos países periféricos, e passamos a viver, contrariamente ao que havia sido as duas décadas anteriores, um período de desindustrialização, mudando a relação entre a burguesia brasileira e estrangeira (BOITO, 2019, 285). Essa demarcação de períodos embasa a tese de que parte da burguesia brasileira, a diversa grande burguesia interna, não se subordina completamente ao imperialismo, inclusive buscando formar frentes com a classe trabalhadora para enfrentar (pontualmente) o capital estrangeiro, pois, na leitura de Boito, embasada na obra de Samir Amin, na nova fase aberta após o período da “nova dependência”, “o imperialismo estabelece com a periferia uma relação de ‘sucção’ sem ‘compensação’, tolhe o desenvolvimento na periferia e nada mais tem a oferecer, mesmo que secundariamente” (BOITO, 2021, 7). A partir disso, a grande burguesia interna teria sido

a força propulsora das políticas de coalizões sul-sul e de protecionismo dos recursos naturais estratégicos e da indústria militar.

Em nossa pesquisa, como naquelas guiadas pela Escola de Campinas, grupo de Boito, a teoria poulantziana é fundamental para pensarmos as relações entre o capital e o Estado. O uso do conceito de burguesia interna, ao qual chegamos através da análise de Tatiana Berringer sobre a política externa brasileira, foi basilar para nossa análise sobre as tensões entre o governo Lula e a Embaixada dos EUA em torno das políticas de integração regional e coalizões sul-sul, de desenvolvimento parcialmente independente da estrutura militar através da Estratégia Nacional de Defesa e do protecionismo parcial do pré-sal. No entanto, no desenvolvimento das investigações nos telegramas da Embaixada, encontramos poucas relações entre tais tensões e o empresariado brasileiro, o que nos colocou alguns “problemas empíricos” que compartilhamos neste artigo.

Para avançarmos nas nossas sínteses marxistas, propomos ao debate algumas questões, as quais a própria Escola de Campinas, utilizando diferentes critérios, evidentemente também considera. Buscamos contribuir no nosso avanço teórico e empírico sobre a caracterização da burguesia interna brasileira. Quais foram seus quadros e quais foram suas posições e movimentações durante os governos petistas no que concerne à relação com o capital-imperialismo, em especial o estadunidense? Tais agentes burgueses compuseram um grupo coeso que pode ser chamado de fração?

Para embasar nossa investigação sobre a utilização do conceito de burguesia interna na análise das frações da burguesia brasileira contemporânea, faremos alguns breves apontamentos teóricos sobre o uso do conceito por seu criador, Nicos Poulantzas. Para contextualizar sua formulação, é fundamental partir da compreensão de Poulantzas acerca das novas configurações do imperialismo após a Segunda Guerra Mundial, a qual embasa historicamente o conceito. Seu foco era na *reprodução induzida e interiorizada* dos interesses do capital imperialista estadunidense nas formações sociais europeias. Dessa

forma, a questão era observar as relações forjadas entre as burguesias na nova etapa de internacionalização do imperialismo.

Mesmo apontando contradições importantes da burguesia interna com o capital estrangeiro (POULANTZAS, 1975, 36-37), Poulantzas deixa nítido em sua obra que estas contradições não constituem a contradição principal entre as burguesias estadunidense e europeia: “(...) é ainda necessário ir mais além e *observar que esses antagonismos não constituem atualmente a contradição principal no seio das classes dominantes imperialistas*” (POULANTZAS, 1974, 79) [**destaques** nossos, *itálicos* do autor]. Sobre o lugar da dimensão territorial na determinação da burguesia interna, o autor acrescenta que “a distinção entre burguesia interna e burguesia compradora não leva à distinção simplista entre burguesia ‘fechada’ e ‘isolada’ no seu espaço nacional e burguesia internacionalizada” (POULANTZAS, 1975, 38). O autor argumenta inclusive que as próprias tensões entre burguesias estadunidense e europeias muitas vezes reproduziam as próprias tensões da burguesia estadunidense (POULANTZAS, 1974, 79).

Para Poulantzas, a distinção entre burguesia interna e compradora também não correspondia diretamente às tensões de escalas (capital monopolista e não-monopolista), de funções (capital produtivo e bancário) nem de territórios (capital voltado ao mercado interior e expansionistas), estando sempre enraizada na relação destas com o dado contexto histórico (POULANTZAS, 1974, 80). De todo modo, em sua análise empírica, fica nítido que há um predomínio da burguesia industrial na formação das burguesias internas, por exemplo quando cita como exemplo desta fração a União dos Industriais Gregos e a zona industrial Lisboa-Setúbal-Porto. O exemplo espanhol acrescenta ainda outra questão, que é a participação do capital público na formação das burguesias internas.

Mesmo assim, é certo que Poulantzas acrescenta que “estas burguesias não se limitam ao setor industrial, e que também destaca como, no sentido inverso, igualmente há setores industriais no

interior da burguesia compradora, citando como exemplo o caso dos armadores da construção naval grega Onassis e Niarchos e o do conglomerado petroquímico português Companhia União Fabril (CUF) (POULANTZAS, 1975, 36) – o que é um contraste notável com o caso brasileiro, onde o Sindicato da Indústria de Construção Naval (SINAVAL) é a ponta de lança da burguesia interna, sendo o único sindicato empresarial que apoiou o papel do Estado na exploração do pré-sal, e a Petrobras é a representação do capital público compondo a burguesia interna.

Outra diferença que vale observar entre os contextos históricos em questão é o papel desempenhado pelos capitais imperialistas. No Brasil, as empresas em expansão internacional como Itaú, Bradesco, Vale, Gerdau, Odebrecht, JBS, etc. são colocadas como ponta de lança da grande burguesia interna brasileira, pois concorrem com os capitais imperialistas estrangeiros e, por isso, travam conflitos pontuais com o imperialismo. Investigando a atuação das empresas portuguesas no contexto do colonialismo, e portanto olhando tal relação por outro ângulo, Poulantzas destaca, no sentido inverso, como os grupos portugueses que compõe a burguesia compradora, justamente por sua atuação internacional, forjaram maiores laços de associação com os capitais imperialistas, com os quais atuavam em conjunto nos países africanos: “controlando uma grande parte da produção autóctone, estão ao mesmo tempo orientados para a exploração das colônias africanas. São grupos estreitamente ligados aos capitais estrangeiros em Portugal e nas colônias” (POULANTZAS, 1975, 36).

Poulantzas enfatizava, portanto, a centralidade do processo histórico no “fazer-se” das frações de classe capitalistas, argumentando que a distinção entre burguesia interna e compradora atravessa essas diferentes escalas, funções e territórios do capital “numa direção que depende da conjuntura” (POULANTZAS, 1975 [1974], 80).

Por fim, observemos como Poulantzas criticou a tese de que uma concentração “interior” de capital poderia ser uma forma de resistir ao capital imperialista. Sempre enfatizando a importância de atentar

para a internacionalização das *relações de produção* e dos *processos de trabalho*, argumenta que a dominação dos EUA não se expressa apenas no percentual dos meios de produção controlados formalmente em cada nação europeia: ele destaca como o capital estadunidense também dirige o processo de produção através da imposição de padronizações, patentes, licenças, do domínio da indústria eletrônica, etc. (POULANTZAS, 1974, 72). Com base nesta visão que Poulantzas, ao debater como o processo de concentração do capital produtivo europeu está associado a esta reprodução interiorizada e induzida do capital estadunidense, conclui destacando o erro da aposta no desenvolvimento do capital “interno” como forma de enfrentar o capital estadunidense:

Isso demonstra o caráter ilusório das considerações segundo as quais uma concentração “interior” acrescida de um país europeu, ou mesmo de capitais europeus, seria o melhor meio de resistir à penetração americana: essa fuga precipitada só faz lançá-los frequentemente nos braços do capital americano (POULANTZAS, 1974, 72).

O empresariado brasileiro e a política externa dos governos petistas

Para responder às questões colocadas no tópico anterior, estamos investigando o arquivo histórico de telegramas da Embaixada e Consulados dos EUA no Brasil de 2003 a 2010, que, evidentemente do ponto de vista norte-americano, registram diversas movimentações, posições e reuniões do empresariado brasileiro com agentes do capital-imperialismo. Fazemos um breve apontamento metodológico sobre estas fontes. Melhor dizendo, os telegramas trazem, mais do que o ponto de vista norte-americano, a visão de um dos setores do capital-imperialismo estadunidense, e, mais especificamente, de alguns grupos de agentes desse setor, no caso, os corpos diplomáticos que

comandavam a Embaixada e os Consulados em cada período – só no governo Lula, foram quatro comandos diferentes na Embaixada. É evidente que não são fontes neutras, mas uma das características desses telegramas que ajuda é eles serem no formato de relatoria, divididos ponto a ponto, com muitas citações diretas dos interlocutores da Embaixada. E, além disso, também ajuda o fato dos telegramas serem escritos para informar quem formula a política externa estadunidense em Washington, com a perspectiva de serem levados a público apenas décadas depois de serem escritos – perspectiva rompida pelo vazamento da WikiLeaks. De toda forma, é imprescindível comparar os arquivos da Embaixada com outras fontes, como a imprensa, os documentos das entidades empresariais, etc. pra avaliar o contexto dos telegramas. Considerando isso, acreditamos que os registros da Embaixada podem fornecer contribuições importantes para analisarmos as posições e movimentações da burguesia brasileira.

Um dos pontos fundamentais da tese neodesenvolvimentista é a identificação do conflito da grande burguesia interna brasileira com o imperialismo, e a respectiva atuação desta fração em defesa das políticas de coalizões sul-sul promovidas pelo Itamaraty durante o comando de Celso Amorim. Por isso, começamos nosso diálogo pontuando brevemente alguns elementos que acrescentam algumas contradições à nossa tentativa de compreender a política externa dos governos petistas.

Um movimento do empresariado brasileiro que aponta para uma busca em associar-se subalternamente ao capital-imperialismo estadunidense é a carta escrita em março de 2007 por entidades empresariais brasileiras para a Representante Comercial dos Estados Unidos Susan Schwab. Na carta, defenderam o maior alinhamento aos Estados Unidos e se opuseram à política externa do PT. No telegrama “Associações industriais e comerciais pressionam por maior colaboração EUA-BR”, o Cônsul em São Paulo Christopher McMullen (2005-2007) relata o encontro da Representante de Comércio dos Estados Unidos (United States Trade Representative – USTR) Susan Schwab (2006-

2009) com 8 entidades empresariais (FIESP, CNI, FIRJAN, CEBEU, AMCHAM Brazil, CEBRI, MBC e ICONE). As reivindicações da carta de março de 2007 discutida pelas entidades empresariais com a Embaixada e a USTR reclamaram da “ineficácia dos mecanismos cooperativos bilaterais existentes” e, “como alternativa, chamaram o alinhamento”, e enfatizavam um acordo sobre a dupla tributação (ADT, um imposto combinado entre os dois países para evitar que os empresários desistissem do comércio bilateral por serem taxados nos dois países).

Da mesma forma, a recomendação prioritária do 1º Fórum dos CEOs Brasil – Estados Unidos em outubro de 2007 também foi a assinatura de um Acordo de Dupla Tributação (CEBEU, 2007, 3), bem como as do 4º (CEBEU, 2009, 1) e 6º (CEBEU, 2011) encontros (os três que publicaram comunicados). O 4º e 6º defendem, além desse Acordo Bilateral de Taxações (Bilateral Tax Treaty – BTT, mesmo que ADT), o planejamento de um acordo de “livre comércio e investimento”, o que não apareceu nas resoluções do 1º. De acordo com os novos consensos, em janeiro de 2008, logo após o 1º encontro, o Fórum lançou uma carta em defesa de um acordo bilateral de tarifas (Bilateral Tax Treaty – BTT) (CEBEU, 2008) e em dezembro de 2009, depois do 4º encontro, lançou uma carta em defesa da abertura de negociações de um acordo de comércio e investimentos (Trade and Investment Framework Agreement – TIFA) (CEBEU, 2009). Hoje, essas três propostas de médio-longo prazo (BTT, livre comércio, livre investimento) são destacadas com mais ênfase e detalhes (como no documento da APEX-BRASIL, 29).

No entanto, a Embaixada comenta que “ainda é preciso aguardar para ver que efeito a declaração conjunta terá sobre a política comercial do governo brasileiro” (McMULLEN, 27/03/2007), sugerindo que o ritmo da aproximação era dado pelo empresariado. Em uma observação semelhante à da Embaixada, o relatório de 2011 da Força Tarefa da Global Brazil Initiative do Council on Foreign Relations (CFR) nota como “a conectividade entre os Estados Unidos e o Brasil costuma ser

impulsionada não por seus governos, mas pelo setor privado. Mesmo quando a agenda do setor público entre esses países parecia tênue, os laços entre empresas cresceram em um ritmo robusto”, dando a mesma sugestão que da embaixada de que o governo Lula freava o ritmo de aproximação desejado (CFR, 2011, 73-4).

Tais acordos continuam sendo pauta central das entidades empresariais, como é discutido no documento “Acordo para evitar a dupla tributação entre o Brasil e os Estados Unidos: caminhos para uma possível convergência” (AMCHAM-Brasil & CNI, 2019) e destacado em outros núcleos empresariais, como o Fórum de CEOs Brasil-EUA e a APEX-Brasil (APEX BRASIL & ATLANTIC COUNCIL, 06/2020, 22-3, 29). Ele teve suas demandas parcialmente atendidas pelo “pacote triplo” de Paulo Guedes – facilitação de comércio, boas práticas regulatórias e anticorrupção – em outubro de 2020 (VALOR, 19/10/2020) sob a intermediação da AMCHAM, Conselho Empresarial Brasil – Estados Unidos (CEBEU), USTR, Eximbank, CNI e FIESP. Com isso, podemos ver a centralidade da atuação destes aparelhos, que funcionam como articuladores da burguesia brasileira à estadunidense, atuando, na definição de Dreifuss, como córtices políticos (DREIFUSS, 1986, 26).

Ao mesmo tempo em que atuava pela aproximação com os EUA, repudiava a política externa de coalizões sul-sul em suas reuniões com o empresariado norte-americano. Tais discursos, evidentemente, eram calculados politicamente para agradar os norte-americanos, que acendem o sinal de alerta ao ouvir qualquer coisa que lembre terceiro-mundismo. Ao mesmo tempo, parecem refletir um sentimento real. Em uma reunião do empresariado paulista com a Embaixada em abril de 2006, relatada no telegrama intitulado “Oportunidades perdidas: empresários paulistas dizem a Wayne que governo brasileiro é economicamente ineficiente” (McMULLEN, 19/04/2006) representantes da CIESP, “que fornece suporte legal e técnico para 9700 empresas”, e da ACSP, “que representa diretamente 30 mil empresas de comércio”, “reconheceram que a continuação das políticas macroeconômicas

ortodoxas de FHC por Lula levou à estabilidade”, mas “desafiaram a noção de que a política de Lula estimulou os negócios brasileiros como um todo” (Ibid, §4). Também disseram que “não esperam que a economia brasileira alcance taxas de crescimento mais altas sob a gestão do atual governo” (Ibid, §1). Ao mesmo tempo em que reconheceram medidas como a reforma da previdência (Ibid, §5), reclamaram que as PPPs não saíram do papel (Ibid, §5) e criticaram o Bolsa Família (Ibid, §8), dizendo que, nas palavras do presidente da CIESP Claudio Vaz, “ideologia, e não pragmatismo, move o governo” (Ibid, §6). Tal comentário, repetido em outros telegramas, pode demonstrar outro possível descompasso entre o reacionarismo da burguesia brasileira e o “desejo [da burguesia interna] na ampliação e o desenvolvimento do mercado interno através de uma pequena elevação do poder de compra e de consumo das massas” (POULANTZAS, 1975, 37).

Outros dirigentes da CIESP como Joseph Tutundjian, Maurice Costin e Boris Tabacof também criticaram a condução do governo Lula sobre a ALCA ser “ideológica demais”. Os dirigentes da CIESP chegaram a sugerir que “a única maneira de avançar com a ALCA pode ser negociar Acordos de Livre Comércio bilaterais com um número suficiente de vizinhos do Brasil para fazer com que o governo brasileiro se sinta isolado na América do Sul”, acrescentando que “o Mercosul não funciona” (McMULLEN, 19/04/2006, §12-16). Um dos dirigentes da CIESP, Boris Tabacof, presidente do Conselho Deliberativo da Associação Brasileira de Celulose e Papel (BRACELPA), criticou o “caminho ao isolacionismo econômico” das “bravatas do governo Lula” de se aproximar da Síria e de Moçambique:

Boris Tabacof, da CIESP, engenheiro civil, banqueiro e empresário das áreas de eletrônica e química, fez comentários semelhantes na reunião do setor industrial, dizendo temer que o governo brasileiro esteja caminhando por um caminho de isolacionismo econômico de fato. Ele destacou a “bravata” do governo Lula em relação a pequenos acordos comerciais com

países como Síria e Moçambique, seguida por declarações de que o comércio brasileiro com essas nações vai dobrar. Mas, ele perguntou em voz alta, quando o volume inicial de negócios é de apenas centenas de milhares de dólares, que efeito real a duplicação tem? A economia do Brasil precisa de bilhões de dólares em aumento do comércio, e o governo brasileiro precisa ver a ALCA e a Rodada Doha da OMC como oportunidades viáveis. Maurice Costin, vice-presidente do departamento de Relações Internacionais do CIESP e chefe da SKF Tools [fábrica sueca de rolamentos], lamentou que o crescimento econômico do Brasil não acompanhe o ritmo do resto do mundo, e disse que a situação só vai piorar se o Brasil for “deixado para trás” pelos acordos bilaterais dos EUA com vizinhos do Brasil (McMULLEN, 19/04/2006, §13).

Reparemos que esse Tabacof é o mesmo que Boito coloca como exemplo de quadro da grande burguesia interna brasileira. Segundo Boito, ele seria do grupo dos “industriais otimistas” – segundo o próprio autor já um grupo minoritário – que viu uma “inversão de caminho” na substituição de Palocci por Mantega em 2006 (BOITO, 2018 [2010], 86).

É verdade que Boito faz uma ressalva sobre as tensões entre a grande indústria e o agronegócio na questão da Rodada Doha, onde o agro veria mais oportunidades de exportação, mesmo que em detrimento da indústria (BOITO, 2018 [2010], 92). Tabacof, como representante da Abracelpa e também presidente do Conselho de Administração da Suzano (eucaliptocultura, celulose e papel), poderia estar representando esse interesse. No entanto, vale considerar que, diferentemente das produtoras de soja crua para exportação, a indústria de transformação da Suzano poderia, em teoria, sair perdendo com a abertura comercial proposta pela Rodada Doha. E também que Tabacof, além de presidente da Abracelpa, também fora vice-presidente da Anbid (Associação Nacional dos Bancos

de Investimento e Desenvolvimento), tendo iniciado sua carreira empresarial no Banco Safra e passado pelo Banespa, além de ser descrito pela Embaixada como empresário nas áreas de eletrônica e químicos e de ter composto o Conselho de Administração da Embraer (CPDOC a ver entrevistas). Assim, mais do que buscar qual setor que Tabacof estava representando, queremos apontar, a partir dessa sua emblemática trajetória de passagem por diversos ramos da valorização do valor, que as frações burguesas são forjadas no processo histórico, naquele próprio almoço de Tabacof com outros dirigentes da CIESP e da Embaixada, não sendo reflexos mecânicos dos setores do capital.

Tais críticas dos industriais paulistas às políticas de coalizões sul-sul também poderiam ser explicadas pelo fato da CIESP representar a pequena e média burguesia interna brasileira, e não a grande, aquela que de fato tem conflitos pontuais com o imperialismo. Tal proposta de retificação foi sugerida para o caso da FIESP para explicar a ofensiva da entidade durante o golpe (BOITO, 2020, 65; BRAGA, 2021, 195). No entanto, é importante considerar que no texto base do conceito de grande burguesia interna brasileira, Boito referencia a grande maioria dos posicionamentos desta fração nas movimentações da FIESP. Assim, as posições da FIESP talvez tenham sido sobrevalorizadas e generalizadas como posições da grande burguesia interna brasileira – mesmo que ela incluía, as vezes, “industriais, bancos, agronegócio, construção civil e outros”, as vezes “mineração, siderurgia, agronegócios, indústria de transformação, empresas de transporte e outras” (BOITO, 2018 [2010], 73) – o que pode ser um entrave para a utilização do conceito, principalmente após a reavaliação que deixa a FIESP de fora da grande burguesia interna brasileira.

No entanto, mesmo quando analisamos as movimentações e posicionamentos do grande capital brasileiro, também parece predominar um descompasso com a política de coalizões sul-sul e um desejo de aproximação com os Estados Unidos. O caso de aparelho composto pelo grande capital brasileiro que citamos é o Fórum de CEOs Brasil – Estados Unidos, que, como pontuamos, atuou

pela abertura comercial e de investimentos com os Estados Unidos. Composto pelos CEOs da Votorantim, Gerdau, Cutrale, Camargo Corrêa, Odebrecht, Stefanini, Embraer, Vale e Banco Safra, além do presidente Josué Alencar, da Coteminas, é nitidamente representante das grandes empresas. Outro exemplo é o Instituto de Estudos para o Desenvolvimento Industrial (IEDI), que também foi presidido por Josué. Em carta assinada por 39 empresas (entre elas Vale, Gerdau, Natura, Embraer, Ambev e Klabin) que controlam 28,5% do PIB, defendeu que “a integração do Brasil na economia mundial é muito pequena. Vai ter que ser reaberta a questão do papel do Mercosul. É um instrumento político importante, mas não pode ser uma restrição, como é hoje, à integração do país ao resto do mundo” (VALOR, 18/12/2015).

Tais comentários sugerem que inclusive o grande capital estava insatisfeito com ao menos parte das políticas de coalizões sul-sul e dava centralidade à aproximação com os Estados Unidos. Também nos parece que as passagens que destacamos dos dirigentes da CIESP atacando a ideologização da política externa do governo Lula e insuflando a Embaixada dos EUA a isolar o Brasil apresentam dissonâncias com a ideia de uma burguesia interna com conflitos com o imperialismo que “se reconhece politicamente na linha neodesenvolvimentista do governo Lula”, o que acrescenta contradições à análise das tensões interburguesas nos governos petistas que precisamos considerar.

Unidade burguesa em torno das reformas neoliberais e desestatizações

Para Boito, as tensões entre burguesia e classe trabalhadora ocuparam um espaço secundário nos governos do PT, onde a contradição principal era, nas análises de Boito até 2010, entre os industriais e os bancos – mudança que é apontada pelo próprio autor (BOITO, 2018, 14) – ou, em suas análises a partir de 2010 e do clássico artigo “Governos Lula: a nova burguesia nacional no poder” (escrito

em 2010 e publicado em 2012), entre a burguesia interna e a burguesia associada ao imperialismo. Mesmo considerando a diferença destacada pela Escola de Campinas entre modo de produção capitalista (onde a contradição fundamental é sempre entre capital e trabalho) e formação social (conjuntura na qual nem sempre tal contradição é a principal) (VALLE & NARCISO, 2021, 10), vale lembrar como Poulantzas destacava que seus apontamentos incidiam sobretudo “sobre o inimigo e sobre os aliados potenciais da classe operária”, por exemplo “nas análises sobre a burguesia que remetem sempre à sua contradição principal com a classe operária” (POULANTZAS, 1974, 10).

A contradição capital-trabalho só teria retomado a centralidade no momento da concretização do golpe. Por exemplo, em entrevista citada por Braga, Paulo Skaf explica o apoio ao golpe por conta da “falta de ajuste fiscal” (BRAGA, 2021, 212). Todavia, buscaremos dialogar com alguns elementos que podem indicar que a pauta das reformas, mesmo antes do período de crise do governo Dilma, não havia sido secundária.

Em março de 2013, o mês definido por Vazquez como “o ápice do alinhamento” entre governo e FIESP, quando a taxa de juros Selic ainda estava no seu menor patamar, 7,25% (BCB) (antes de Mantega abandonar a NME a voltar a aumentar os juros) Skaf afirmou que “se não houver mudanças na política econômica, vamos enfrentar grandes dificuldades em 2013” (VAZQUEZ, 2021, 158). O chamado por mudanças de Skaf em março de 2013, quando a NME ainda mantinha as taxas de juros baixas, parece indicar que já naquele momento, a centralidade da agenda da FIESP não era a disputa com os rentistas, como sugere Braga, ou com o capital estrangeiro e associado, como propõe Boito, mas a reforma tributária. Braga opina que a FIESP “defendia um ajuste fiscal seletivo e não ampliado, como queriam os economistas liberais e a fração rentista do capital”, trazendo como fonte o seguinte trecho do artigo de Skaf: “nos últimos meses, a indústria obteve grandes conquistas (...) o governo tem ouvido mais a Indústria, demonstrando sensibilidade com esse setor que gera milhões de bons

empregos e colabora decisivamente para o desenvolvimento do país”. Tal trecho, no entanto, não se refere ao tema do ajuste, que aparece na sequência do argumento de Skaf, onde ele defende que

Mas é claro que as coisas não param por aí. Juntamente com todos nossos sindicatos e aliados, continuamos trabalhando incansavelmente para reduzir o Custo Brasil, que prejudica nossos empregos e afasta investimentos. Nosso País precisa de mais produção, menos impostos, menos juros, menos burocracia, uma grande melhora na infraestrutura, que é muito precária, redução no preço do gás, ampliação do crédito, logística eficiente e um câmbio mais favorável às exportações (SINDICATOS EM AÇÃO, 06/2013, 3).

Tal artigo parece demonstrar que reformas como a tributária e a trabalhista eram foco central da atuação da FIESP. A fala sobre o “Custo Brasil” afastar investimentos inclusive pode ser entendida como uma defesa da necessidade dos investimentos estrangeiros. As falas por “menos impostos e menos burocracia” demonstrava um consenso entre o empresariado contra a ideia neodesenvolvimentista de um Estado forte.

Da mesma forma, a CNA justificou o apoio ao golpe em abril de 2016 alegando que a política econômica do governo levou ao colapso fiscal, posição que foi referendada por outras doze entidades agropecuárias, que acrescentaram, dentre outros pontos, “a passividade do governo com a ‘incitação à violência no campo’”, expressando o “extremo reacionarismo do setor” (PARAIZO, 2021, 129).

Por outro lado, o Instituto de Estudos para o Desenvolvimento Industrial (IEDI), representante do grande capital, teve postura mais cautelosa durante o impeachment. Como aponta Braga, “na mesma semana em que a FIESP anunciou o apoio formal ao processo de cassação do mandato da presidente Dilma, o IEDI publicou o documento Para Vencer a Crise, com propostas para solucionar a crise econômica”

(BRAGA, 2021, 217). O presidente do IEDI Pedro Wongtschowski disse que não adotaria posição institucional sobre o impeachment (VALOR, 18/12/2015 citado por BRAGA, 2021, 217). Mesmo assim, vale observar que a continuação da sua fala parece acenar para a possibilidade de um impeachment:

O Brasil está preparado, e eu diria que até ansioso, para aderir a um plano estruturado e convincente que nos mostre uma saída. E se esse plano implicar restrições e sacrifícios, acho que o Brasil está preparado para aceitá-los. Uma das razões desse documento é a explicitação dessa frustração a respeito da ausência de um plano nacional que mostre um horizonte de longo prazo (VALOR, 18/12/2015).

Sobre a possível saída de Levy, o presidente do IEDI disse que “acho ruim, uma sinalização negativa. De que não há o compromisso do governo com o ajuste fiscal”. Criticou a CPMF e, perguntado se “ainda é possível que este governo capture o entusiasmo nacional?”, respondeu que “certamente grandes alterações terão que ser feitas na estrutura deste governo, mas acho que é possível. Não me pergunte se é provável”.

Sobre o timing de cada fração burguesa na adesão ao golpe, vale refletirmos acerca do fato que a defesa aberta de um golpe – como fez a FIESP em dezembro de 2015 ou a FEBRABAN em fevereiro de 2016 – é um movimento ofensivo difícil de recuar e, portanto, podemos presumir que antes das declarações públicas, é possível que tais frações estivessem agindo ativamente para desestabilizar o governo, seja para derrubá-lo, seja para enfraquecê-lo e obrigá-lo a acatar sem modificações as pautas do empresariado. Defender publicamente um golpe é a ponta do iceberg de um longo processo.

Vazquez, por exemplo, aponta que a FIESP dava um apoio tácito a Dilma até 2013, mas a partir deste momento se distanciou. No entanto, só escolheu romper publicamente quando avaliou, a partir de suas

análises de conjuntura, que valeria a pena. Tal movimento dificilmente seria operado em sincronia mensal por todas as frações burguesas, o que não significa necessariamente que houve um racha estratégico, seja entre a burguesia interna e a associada, seja relacionado à outra clivagem.

Pensemos também no exemplo da CNI. Segundo Braga, o presidente da entidade, Robson Andrade, “até os dias que precederam a votação do impeachment na Câmara dos Deputados [17 de abril], estava acenando tanto ao governo quanto à oposição”. Segundo o autor, “o objetivo de Andrade era, com ou sem a deposição da presidente, se manter integrado à fração hegemônica no bloco no poder” (BRAGA, 2021, 215). Poderíamos dizer que tal preocupação era uma preocupação geral dos diversos setores burgueses para além do momento do impeachment, sendo postura corriqueira em todos momentos eleitorais anteriores que opuseram o PT ao PSDB.

No entanto, a posição oficial da CNI foi lançada dia 17 de março, 30 dias antes da votação na Câmara. Avalio que esse período, em uma conjuntura de aceleração histórica como o momento do golpe, quando cada voto parlamentar era disputado, não pode ser considerado como irrelevante, como sugere o autor quando diz que a votação foi “às vésperas”. Um exemplo da importância de apenas um dia nessa conjuntura acelerada é destacado pela diretora do Sindicato das Indústrias Químicas e Farmacêuticas do Estado do Paraná (Sinqfar), Elaine Rodrigues de Paula Reis, que integrou a comitiva da FIEP, formada por 50 lideranças empresariais, para Brasília no dia da votação na Câmara. Segundo ela, “foi uma viagem muito produtiva não só pelos resultados como pela mobilização em si. Fizemos um trabalho de corpo a corpo com os parlamentares paranaenses e chegamos a ir à casa de um deles, que estava indeciso”. De acordo com o presidente da Fiep, Edson Campagnolo, pelo menos seis votos foram revertidos naquele dia “graças à mobilização da população e ao trabalho dos empresários” (APÚBLICA, 25/08/2016). A entidade clamou que

Já passou a hora de, com respeito aos ditames da lei e da Constituição, darmos um basta a esse impasse para que o país possa retomar o rumo (...) O setor empresarial espera que as instituições brasileiras, principalmente o Congresso Nacional e o Supremo Tribunal Federal (STF), com o apoio e a participação da sociedade, consigam encontrar, com urgência, soluções para tirar o país da crise política e econômica (CNI, 17/03/2016).

Tal passagem deixa nítida que a entidade atuou fazendo pressão sobre os deputados, senadores e ministros do STF para que se posicionassem a favor do golpe durante pelo menos 30 dias decisivos. Ainda, acrescentamos outra vez que muito provavelmente essa era a linha da entidade na Câmara dos Deputados muito antes da sua manifestação pública, tendo em vista que o apoio público a um golpe é uma ofensiva difícil de recuar.

Tais pautas eram candentes ao longo dos governos petistas. No telegrama citado abaixo, por exemplo, a Embaixada relata conversas com representantes da FIESP e do CEBRI em que “contatos empresariais afirmam que altas taxas de crescimento para 2010 dependem da contenção dos gastos do governo brasileiro, do progresso nas reformas tributária e trabalhista há muito pendentes e do aumento do investimento em infraestrutura” (WHITE, 11/01/2010).

Também os grandes bancos, segundo a pesquisa de Vazquez, pelo menos a partir de 2013, atuaram para concretizar as reformas neoliberais, como a redução dos impostos e a retirada de direitos trabalhistas e previdenciários (VAZQUEZ, 2021, 151-161).

Embora não tenha grande peso econômico, pontuaremos o caso da FIERGS por ela ser destacada pela pesquisa de Braga como exemplo de entidade empresarial que teve conflitos internos em relação a apoiar o impeachment. De acordo com investigação da Agência Pública (que infelizmente não traz suas fontes) citada pela pesquisa de Braga, os sindicatos de máquinas agrícolas, carnes e calçados se colocaram

contra e a entidade preferiu não se posicionar (APÚBLICA, 25/08/2016 citada por BRAGA, 2021, 215).

No entanto, em seus documentos de balanço (análises de conjuntura publicadas anualmente pela entidade) vemos uma avaliação muito positiva do golpe. Tal tipo de fonte de fato não é o melhor para encontrarmos possíveis divergências internas, mas podemos considerar que o documento traz algumas sínteses forjadas a partir da criação de consensos dentro do sindicato, da mesma forma que Braga concluiu que, mesmo com a muitos sindicatos gaúchos favoráveis ao impeachment, o fato dos setores de máquinas agrícolas, carnes e calçados serem contra levou a linha geral da organização ao consenso da neutralidade. O que podemos observar acerca da linha geral dos documentos da entidade é que a síntese da FIERGS, apresentada como exemplo das federações empresariais que não aderiram ao golpe, não era de neutralidade.

Imbuída de uma mentalidade ferrenhamente antiestatista que não se esperaria de uma burguesia interna nos termos de Poulantzas, a FIERGS reclama que “o setor privado passou a exercer um papel de coadjuvante da economia”, e clama pelo ajuste fiscal ao criticar o “colapso fiscal, tanto da União quanto de estados e municípios”. Também é criticada, dentre outras medidas “populistas”, a “utilização de empresas e bancos estatais para mudanças de regras nos regimes de exploração do petróleo [...] para gerar uma sensação temporária de aumento do bem-estar na população”.

Dessa forma, a FIERGS ecoa as críticas ao neodesenvolvimentismo feitas por outras entidades empresariais como a FIESP, FIRJAN, CNI e ABIMAQ (NARCISO, 2021). Inclusive, a entidade refere-se diretamente ao tema ao argumentar que “a adoção de uma política econômica de cunho desenvolvimentista e o gradual abandono do tripé de política macroeconômica foi acompanhado por processo de desgaste das instituições” (FIERGS, 12/2015, 24).

A entidade também ressalta que atuava por mudanças na condução da política econômica desde o início dos governos petistas:

Desde 2009 que alertamos para os riscos de um modelo baseado no estímulo da demanda em detrimento da expansão da oferta. E desde muito antes disso chamamos pelas reformas estruturais como maneira de melhorar o ambiente de negócios e impulsionar a competitividade (FIERGS, 12/2015, 25). Não podemos deixar de lembrar que a chamada “agenda perdida das reformas” na verdade nunca esteve perdida. Todos aqueles empresários, políticos e analistas que não sofreram da miopia provocada pela tríade commodities, crédito e consumo, alertavam que o caminho para o Brasil (...) passava necessariamente pelas reformas tributária e trabalhista, aumento expressivo da participação do setor privado na área de infraestrutura, modernização do setor público, etc (FIERGS, 12/2016, 26).

Vemos aqui como a FIERGS faz questão de ressaltar que a agenda do ajuste fiscal e ataque à classe trabalhadora sempre esteve entre as pautas centrais do empresariado, e que a participação estatal não era bem vista, mesmo quando se tratava da construção da tão necessária infraestrutura para escoamento da produção.

Portanto, a FIERGS, que poderíamos entender, a partir de um raciocínio dedutivo, como diretamente beneficiada pela NME, era militante do seu inverso, o tripé macroeconômico, como a própria entidade afirma:

[...] elementos econômicos que levaram a esse desfecho trágico já foram extensamente discutidos. Em resumo, após a crise de 2008, o governo brasileiro começou a, paulatinamente, abandonar o pragmatismo da política econômica (o chamado tripé de política macroeconômica) e intensificou medidas populistas de estímulo à demanda (FIERGS, 12/2016, 26).

Por fim, vale destacar também como, reforçando a tese da tensão de escalas, o documento da FIERGS argumenta também que “o

governo acreditou que ditaria os rumos da economia do país mantendo interlocução com um pequeno grupo de empresas e empresários” (FIERGS, 12/2015, 24).

A partir destas breves observações, podemos considerar que mesmo atravessada por tensões de diversos tipos, a burguesia brasileira esteve unificada em torno do corte de direitos e da desestatização, temas que, em especial as reformas tributária, trabalhista e previdenciária, foram pauta central das diversas frações da burguesia brasileira.

A centralidade das tensões interburguesas de escala

Partindo desta crítica a uma possível sobrevalorização das tensões entre capitais de diferentes territórios (nacionais contra estrangeiros), buscaremos colocar alguns elementos de outras dimensões das tensões interburguesas, colocando foco especial nas tensões interescalas, isto é, entre os diferentes portes do capital, ou melhor, entre o capital monopolista e o não-monopolista. Nesse sentido, o debate sobre a burguesia interna brasileira deu um salto qualitativo com a sistematização das pesquisas guiadas pela análise de Boito no livro “A burguesia brasileira em ação: de Lula a Bolsonaro” (2021), organizado por André Valle e Pedro Narciso. Em nossa leitura, as análises empíricas do grupo, observando como é fundamental analisar as tensões entre diferentes escalas, funções e origens dos capitais, iluminaram a centralidade dos conflitos de escala, em diversos setores do capital, entre as pequenas e médias com as grandes, para compreendermos as tensões interburguesas do bloco no poder nos governos petistas.

Mariana Ferreira aponta que a Escola de Campinas, “no último período, vêm avançando na análise das relações de conflito entre o grande e o médio capital (...) [os quais] expressam-se no posicionamento dessas frações na recente crise política brasileira que resultou no impeachment de Dilma”. Não poderíamos concordar mais com essa avaliação. Tal observação, no entanto, talvez crie algumas dificuldades para o uso do conceito de burguesia interna brasileira,

que, na utilização de Boito, tem como contradição principal conflitos relacionados à origem dos capitais, e não relacionados à sua escala (mesmo que Boito aponte que quando se refere à burguesia interna brasileira está falando da grande e não da pequena e média).

Octávio Passo, analisando o setor da construção civil, também observou que “o pequeno e médio capital foram, junto a alta classe média, a força motriz do golpe de 2016. Contudo, ainda que seja improvável, o estágio em que nossa pesquisa se encontra não nos permite afirmar se foram ou não a força dirigente do processo”. O autor acrescenta que isso seria “uma novidade em relação às análises vigentes do golpe. Posto que estas, até o momento, privilegiaram o entendimento da atuação do grande capital nacional (interno, associado) elas não puderam notar a movimentação política da grande massa das empresas nacionais” (PASSO, 2021, 242). Assim, é bom lembrar que enquanto o golpe era processado, parte das análises já destacava a centralidade do conflito de escalas entre “clube do bilhão e clube do milhão” (FONTES, 28/04/2016):

[...] existe uma briga interburguesa, embora na imprensa burguesa mais direta isso não apareça. Alguns leram essa briga interburguesa como sendo a oposição entre burguesia industrial e financeira ou uma burguesia mais brasileira contra a imperialista. Eu não concordo. [...] Tudo indica que a tensão burguesa hoje é de escala: massa de burguesia de menor escala, num momento de crise, briga com as suas congêneres maiores (FONTES, 27/03/2016).

Podemos ver uma tensão interescala, na qual são mais diretamente atingidos os empresários de escala multinacional. Primeiro o Eike, depois Odebrecht, OAS, agora JBS... Uma das coisas interessantes naquele lema ‘não vamos pagar o pato’ da FIESP me pareceu a demonstração de uma burguesia média e grande contra a megaburguesia. No momento da crise elas se

unificam, mas em torno de que? Da retirada de todos os direitos e do rebaixamento do valor da força de trabalho (FONTES, 07/06/2017).

Também lembremos que era destacado como as entidades associativas empresariais tendem a representar o médio capital, estando o grande sub-representado: “as estruturas representativas do setor empresarial são muito mais voltadas ao primeiro [clube do milhão] do que ao pequeno grupo de grandes empresas bilionárias” (FONTES, 28/04/2016). Dessa forma, já se considerava também a hipótese, depois colocada por Fernanda Perrin, acerca da FIESP, antes considerada ponta de lança da grande burguesia interna brasileira, na verdade representar o pequeno e médio capital.

Debatendo cuidadosamente tais questões, o recente trabalho empírico da Escola de Campinas contribuiu com análises detalhadas sobre os conflitos interburgueses de escalas, acrescentando novos elementos com os quais dialogamos a seguir.

Braga, por exemplo, chama atenção para como a luta contra os juros é mais importante para o pequeno e médio capital industrial (BRAGA, 2021, 206), e acesso ao crédito piorou ao longo dos governos Dilma, especialmente para as pequenas e médias (Ibid, 210). Concordamos com Braga quando aponta que a posição de apoio ativo ao golpe “se apoiou na insatisfação sobretudo do pequeno e médio capital industrial” (Ibid, 218), reforçando a tese da tensão de escalas como central.

Corroborando a hipótese sobre a aliança das pequenas e médias com as transnacionais contra as campeãs nacionais, Passo analisa como a Associação das Pequenas e Médias Empresas da Construção Civil do Estado de São Paulo (APEMEC) “assumiu a defesa das investigações contra a corrupção elogiando a nova regulamentação que permitiu a responsabilização de pessoas jurídicas e o fato de a inspiração de tais leis serem a OCDE” (APEMEC, 2015 citada por PASSO, 228). A partir da análise de Aldo Mattos, Passo avalia que o anseio do pequeno e o médio

capital virou expectativa de que, com o decorrer das investigações da Operação Lava Jato, eles passariam a assumir a parcela do mercado que era do grande capital nacional (MATTOS, 21/12/2016, citado por PASSO, 229). Sugere portanto que foi costurada uma aliança entre o pequeno e médio capital com o capital estrangeiro.

Como bem observa Passo, Aldo Mattos – engenheiro, advogado e consultor da Odebrecht, Andrade Gutierrez e OAS, “não é exatamente um representante do médio capital da construção civil” (PASSO, 2021, 228) – temia a competição com as empreiteiras chinesas, mas relativizava a entrada de capitais europeus que se associam às médias construtoras brasileiras. A partir da sua pesquisa, podemos dizer que o médio capital da construção civil está entrelaçado em associações com capitais estrangeiros.

No entanto, nada aponta uma postura mais conflitante das grandes. No sentido contrário, a única fonte primária que representava as grandes, o consultor Aldo Mattos, tem as posições mais subalternas ao capital europeu e estadunidense. Além disso, quando as grandes construtoras se viram cercadas pela Lava Jato, não hesitaram em se sujeitar a todos ditames dos aparelhos internacionais da agenda anticorrupção, como reconhece Passo ao citar o documento “Integridade no setor da construção”, elaborado pela Pacto Global da ONU em conjunto com Odebrecht, Camargo Corrêa, Andrade Gutierrez e Queiroz Galvão (ONU, 2018, citada por PASSO, 2021, 237), além do Instituto Ethos, um importante APHE da agenda anticorrupção.

Acrescentemos que as próprias construtoras buscaram se unir subalternamente ao capital-imperialismo quando decidiram voluntariamente abrir suas ações na bolsa de valores de Nova York e assim se submeteram à legislação estadunidense e permitiram que a FCPA pudesse penalizá-las. E que muito antes do documento conjunto com a ONU, ainda nos inícios da Lava Jato em 2014, buscavam, rastejantes, a ajuda da Embaixada norte-americana para conseguir firmas de advocacia estadunidenses que as defendessem e seguindo

todas suas recomendações compulsórias de compliance, tudo isso de forma ilegal, em segredo do Ministério da Justiça de Dilma.

Assim, concordamos com Passo quando argumenta que as empresas “são acuadas a adotar o padrão de compliance internacional pela via da pressão econômica para não perder mercado”, destacando a compulsoriedade da rule of law. Ao mesmo tempo, nos parece que as grandes construtoras estão muito satisfeitas em imitar e seguir o que enxergam como o modelo de capitalismo.

Maria Paraizo também destaca como os médios frigoríficos ficaram de fora do auxílio financeiro do governo Lula aos grandes frigoríficos nacionais em 2009 para recuperá-los da crise. A análise da autora destaca novamente a centralidade do conflito de escalas ao argumentar que “a política governamental de investimento em grandes frigoríficos e grandes grupos gerou forte descontentamento nos pequenos e médios frigoríficos” representados pela Abrafrigo (PARAIZO, 2021, 127).

Considerando a divisão do setor pecuário entre os grandes e os pequenos e médios e a insatisfação dos segundos com o financiamento preferencial aos primeiros, restaria como grande burguesia interna brasileira, ponta de lança da proteção do mercado interno contra o capital estrangeiro, os primeiros. No entanto, a atuação da maior representante do grupo, a JBS, que renunciou à nacionalidade brasileira para abrir sua sede nos Estados Unidos, deve ser explorada para precisar se de fato tal setor pode ser enquadrado como grande burguesia interna.

Se, por um lado, vimos como as tensões de escala na construção civil colocaram as pequenas e médias na defesa do lavajatismo e as grandes como alvo da operação, por outro lado, as tensões de escala no agronegócio parecem gerar o efeito inverso, com as pequenas e médias possuindo algumas tensões com capitais estrangeiros, enquanto as grandes, um grau maior de associação.

Para refletir sobre as tensões interescala no agronegócio, é fundamental a pesquisa de Mariana Ferreira sobre a complexa

interação entre tensões de escala, origem e função no agronegócio da soja. A autora observa, no interior desta cadeia, diferenças entre os posicionamentos dos pequenos e médios fazendeiros, organizados na Aprosoja, e dos grandes industriais e comerciantes, organizados na Associação Brasileira das Indústrias de Óleos Vegetais (Abiove) (Ibid, 37).

Em sua análise das tensões de escala no agronegócio, Boito destaca o lamento dos produtores rurais com o monopólio da Friboi, destacando que quem apoia o governo Lula não são esses pequenos e médios, mas o grande agronegócio (BOITO, 2018, 90-91). No entanto, a pesquisa de Paraizo e Ferreira demonstra que o setor do grande agronegócio é, pelo contrário, muito mais internacionalizado que os pequenos e médios produtores (MENDONÇA, 2005, 18-19 citada por PARAIZO, 2021, 116-117; FERREIRA, 40).

Vale notar a associação do grupo Amaggi aos conglomerados capital-imperialistas no caso do boicote proposto pelo Greenpeace, McDonalds, varejistas europeias e ABIOVE à produção de soja em áreas desmatadas da Amazônia: a Amaggi, como nota telegrama da Embaixada, se uniu no boicote às tradings Cargill, Archer Daniels Midland, Bunge (EUA) e Dreyfus (França) (CHICOLA, 28/07/2006). Ao mesmo tempo, tal bandeira do capitalismo verde, que a princípio seria levantada pelas grandes tradings preocupadas com a exportação, também ganhou centralidade entre entidades dos fazendeiros. Glauber Silveira da Silva, em nota após sua eleição à presidência da Aprosoja-MT em 2007, demonstrou a preocupação com a imagem do agronegócio da soja para as exportações, assinalando a importância da “soja responsável” e afirmando que firmaria o Pacto Ambiental, “que envolve a preocupação com o meio ambiente, a questão trabalhista e a responsabilidade social (...) uma exigência do mercado internacional” (APROSOJA, 24/09/2007).

Por outro lado, a análise de Ferreira aponta diversos indícios que nos levam a considerar que os conflitos com o capital-imperialismo poderiam vir mais dos pequenos e médios produtores do que dos

grandes. A autora destaca que a Aprosoja estava subordinada às grandes tradings. Acrescentemos que estes pequenos e médios produtores são sugados pelos royalties cobrados pelas multinacionais que detêm as patentes das sementes e também pelos juros dos financiamentos de bancos privados, muitos dos quais estrangeiros. De acordo com o capítulo de Maria Paraizo, o financiamento privado entrou em cena no setor agropecuário com a abertura dos anos 1990, quando “agentes não-agrícolas [que investiam na agropecuária brasileira] correspondiam, em sua imensa maioria, a conglomerados multinacionais, denotando, assim, a forte presença do capital estrangeiro no bloco agropecuário no Brasil”.

Estamos investigando movimentações da Aprosoja que reforçam ainda mais o ponto da pesquisa de Ferreira com o qual concordamos e aqui queremos expandir: o conflito de escalas era uma tensão fundamental dentro do bloco no poder no governo Lula. De acordo com as informações da assessoria de imprensa da Aprosoja Brasil prestadas à véspera da posse presidencial de Glauber Silveira da Silva (AGROLINK, 17/05/2010), dívidas, ambiente e infraestrutura aparecem como pautas da nova gestão, mas antes delas, foi citada “a busca por alterações na Lei de Proteção de Cultivares (LPC) e por alternativas para se obter mais transparência na formação de valores dos royalties”. A LPC (PLANALTO), sancionada por FHC em 1997, regula os direitos de propriedade intelectual para o plantio e reprodução de plantas, e é com base nela que as multinacionais cobram uma parte dos lucros dos produtores rurais que utilizam suas sementes patenteadas na forma de royalties. A Aprosoja, portanto, adotou como uma das suas primeiras pautas a disputa com a grande indústria de sementes.

No dia seguinte à posse de Glauber, a Aprosoja Brasil ativou o Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade) contra a “manipulação” e “imposição de regras” pela Monsanto no mercado de sementes. A Aprosoja, até então aliada da multinacional na luta pela aprovação da soja transgênica no Brasil – aprovada pela lei nº 11.092 em 2005 (PARAIZO, 2021, 125) – agora denunciava o aumento do preço do

quilo das sementes e a cobrança abusiva de royalties implantada por um adicional sobre a produtividade das lavouras. Glauber disse que os acordos da Monsanto com os sementeiros eram “ilegais”, pois estavam impondo restrições sobre a produção de soja convencional, e questionou a validade da patente da semente transgênica da multinacional. Assim, ao mesmo tempo que se uniu à Monsanto na defesa dos transgênicos, a Aprosoja parece ter ficado receosa com o monopólio que a empresa estrangeira estava estabelecendo. “É muito controle (...) eles querem fazer papel de governo”, disse Glauber (VALOR, 19/05/2010).

Em resumo, poderíamos considerar que a atuação da Aprosoja, representante dos pequenos e médios produtores de soja, é menos distante do que esperaríamos de uma burguesia interna – a entidade criticou o monopólio de sementes da Monsanto e os grandes conglomerados que engolem as terras dos pequenos produtores que não conseguiram pagar suas dívidas – do que o da Abiove, representante do grande agronegócio, do qual a tese da grande burguesia interna esperaria uma postura de conflito pontual com o imperialismo, mas que tem uma posição mais associada ao capital estrangeiro do que as pequenas e médias.

Por último, um breve comentário sobre o “fazer-se” das frações de classe. Glauber era casado com Viviene Barbosa Silva, vereadora filiada ao PPS de Blairo Maggi até 2006, quando ambos decidiram sair do partido para apoiar Lula nas eleições de 2006. Além da família de Glauber estar conectada partidariamente ao grupo Maggi, eles também integravam a mesma chapa da Aprosoja, que contava com Eraí Maggi, o primo do ex-governador do Mato Grosso Blairo Maggi (APROSOJA, 24/09/2007; PÁGINA RURAL, 17/08/2007). Eraí é conhecido como o rei da soja, mas em 2010 o grupo já havia investido em diversos setores como algodão, milho, carne bovina, pescado e na construção de pequenas centrais hidrelétricas (GLOBO RURAL, 06/2010).

Estas breves observações sobre a direção da Aprosoja sugerem que ela entrecruza diferentes escalas da burguesia. Glauber surge como um representante dos produtores rurais do Mato Grosso, os

proprietários de terra, que na análise de Boito seriam a pequena e média burguesia que lamenta o monopólio da Friboi e portanto não compõe o segmento que apoia o governo Lula (BOITO, 2018, 90-91). No entanto, se considerarmos que sua família era centralizada politicamente, sua posição também seria, como a de Maggi, representante da grande burguesia interna brasileira do agronegócio ao qual Glauber estava associado sindicalmente, de apoio ao governo Lula. Tal observação ainda superficial apenas busca chamar atenção para a necessidade de avançarmos nas pesquisas sobre o processo histórico de formação dessas frações burguesas em associações, jantares e famílias para além dos seus interesses econômicos corporativos.

Desafios táticos e estratégicos das organizações da classe trabalhadora

Nestes breves apontamentos, buscamos compartilhar algumas inquietações teóricas e empíricas acerca do uso do conceito de burguesia interna em nossa pesquisa sobre a política externa dos governos petistas. Vimos nossa dificuldade em encontrar, nos telegramas da Embaixada, o apoio de alguma fração burguesa às políticas de coalizão sul-sul, além da busca obstinada pela associação subalterna ao capital-imperialismo, o que apresenta alguns problemas para a definição dos conflitos pontuais da burguesia interna brasileira com o imperialismo. Também demos alguns exemplos da centralidade dada por diversos setores do empresariado brasileiro na necessidade das reformas tributária, trabalhista e previdenciária, bem como na desestatização, o que apresenta alguns problemas para a caracterização da burguesia interna brasileira como, nos termos de Poulantzas, interessada pela intervenção estatal e desejosa de uma pequena elevação do consumo das massas (POULANTZAS, 1975, 36-37). Tais apontamentos sugerem que talvez ainda guarde alguma atualidade a análise de Dreifuss sobre como a “pretensa posição nacional-reformista da ‘burguesia nacional’

correspondia mais à ideologia do nacional-populismo do que aos interesses dos industriais” (DREIFUSS, 1981, 26).

Por fim, discutimos nossa hipótese sobre a centralidade das tensões interburguesas entre as diferentes escalas de concentração e centralização do capital no processo de crise dos governos petistas que culminou no golpe. Analisamos como o entrelaçamento das escalas, funções e origens do capital, que enraízam o processo histórico de formação das frações burguesas, configuram relações de tensão e associação das diferentes frações da burguesia brasileira com o capital-imperialismo muito específicas em cada caso. Se, por exemplo, no caso da construção civil parece nítido que o médio capital tem um grau elevado de associação ao capital estrangeiro que o levou a insuflar o lavajatismo contra as grandes construtoras com as quais competiam (embora nada aponte que estas grandes tenham adotado uma postura conflitiva contra as estrangeiras), no agronegócio a situação se inverte, com as entidades representativas dos pequenos e médios fazendeiros pautando conflitos com os monopólios internacionais enquanto o grande agronegócio mantém com eles uma relação de mais profunda associação. Por isso, tais casos apresentam alguns problemas inclusive para a hipótese de que pequeno e médio capital possuem uma tendência de associação ao capital-imperialismo enquanto o grande possui uma tendência ao conflito pontual.

Talvez, no momento, mais do que propor um novo esquema, possamos apenas sublinhar a dificuldade de enquadrar um setor econômico burguês (por escala, função ou território) em uma fração política de modo automático, sem observar, como Poulantzas insistia, a influência do processo histórico e político na formação desses grupos.

A partir deste desenvolvimento teórico e empírico do uso do conceito de burguesia interna, nossa questão de fundo, que retoma o tema das alianças da classe trabalhadora com frações burguesas, é sobre como construirmos pontes entre a análise e a política. A Escola de Campinas deixa nítido, seguindo a caracterização poulantziana, que a burguesia interna não se aproximaria de nenhuma postura

anti-imperialista. No entanto, embora ressaltemos que tal modelo de conciliação seja impraticável a longo prazo, em que circunstâncias e até que ponto devemos seguir a linha de uma frente temporária com setores burgueses?³

Boito, por exemplo, defende que um nacional-desenvolvimentismo ainda pode renascer, seja pela direção do PT seja de outro partido como o PDT (2020, 39-40), mesmo que eventos emblemáticos como a vaia recebida por Ciro Gomes em evento da FIESP – que pouco antes aplaudira Bolsonaro de pé – apontem para o fato de que essa estratégia não estar em alta entre a burguesia (MANOEL, 08/08/2021). Se voltasse ao poder um projeto neodesenvolvimentista, pergunta-se Boito, “deveria o movimento popular eleger esse governo como o seu inimigo principal?”.

Boito, é verdade, também propõe irmos além do programa neodesenvolvimentista, que admite estar em crise. Afirma o autor que “interessa ao movimento popular colocar em pé um programa mais ambicioso”. No entanto, acredita ser possível promover reformas estruturais, como democratização da mídia e reforma agrária, aglutinando forças amplas que incluem setores burgueses (BOITO, 2020 [09/2016], 40). Essa persistência da ideia mesmo após sua derrota recorrente (COELHO, 2020) talvez aponte algumas contradições da própria análise de Boito, que aponta, com nossa concordância, como a “burguesia interna reluta em aceitar as pequenas concessões que o governo Lula exige dela para que seja possível manter a própria frente” (BOITO, 2018 [2010], 94).

³ Boito, embora em algumas passagens aponte a tática institucional, sem mobilizações, da resistência de Dilma ao golpe (BOITO, 2018, 139; 221) e as consequências imobilizantes do populismo (BOITO, 2018, 296), na maior parte do seu argumento, em nossa leitura, talvez subestime o papel desmobilizador dos governos petistas, evitando, por exemplo, utilizar a expressão “conciliação de classes” (COELHO, 2020). Como argumenta a pesquisa citada de Coelho a partir do conceito gramsciano de transformismo, é fundamental observarmos o papel apassivador desempenhado por quadros do PT.

Boito também sugeriu, depois de defender uma frente com o grande capital brasileiro contra os monopólios estrangeiros, que poderia ser uma alternativa nos voltarmos contra a antiga parceria e considerarmos uma aproximação com as pequenas e médias empresas urbanas e rurais, que podem vir a ter um “aguçamento dos seus conflitos com as grandes empresas nacionais e internacionais” (BOITO, 2020 [09/2016], 42). Na verdade, como buscamos defender, o conflito de escalas já havia se aguçado durante os governos Dilma. Vale lembrar, no entanto, da advertência poulantziana contra a confusão entre o médio e o pequeno capital que fazia o PCF para justificar alianças “antimonopolistas” com capitais médios (POULANTZAS, 1974, 110).

Mas então, de acordo com Poulantzas, em quais conjunturas as burguesias internas poderiam se aliar às massas populares? Vale lembrar que o caso analisado pelo autor é o da luta contra as ditaduras portuguesa, grega e espanhola, onde, “no contexto destes regimes ditatoriais, foi-se, progressivamente, destacando a convergência conjuntural e tática dos interesses da burguesia interna de um lado, e da classe operária e das massas populares de outro” (POULANTZAS, 1975, 47).

Ao mesmo tempo em que aponta essa possibilidade de aliança tática e conjuntural contra as ditaduras, visto que a “derrubada da ditadura é possível (...) sob a hegemonia da burguesia interna”, Poulantzas ressalta os perigos de tal aliança, se opondo aos que apostam em tal aliança como algo para além de uma frente temporária:

esta burguesia foi, muitas vezes, duplamente subestimada: possível aliado e também – o que é mais importante neste caso – como adversário, pois, mesmo se a experiência mostra que ela pode ser, em conjunturas precisas, um aliado, ao mesmo tempo nunca deixa de ser um adversário (POULANTZAS, 1974, 54).

os acontecimentos na Grécia e em Portugal (...) e na Espanha, longe de provar, como se diz às vezes, as possibilidades de

uma aliança estratégica das massas populares com frações da burguesia (...) provam exatamente o contrário (...) não houve, pelo menos até hoje, frações que estivessem prontas a apoiar mesmo objetivos antimonopolistas do tipo programa comum (...) Por outro lado (...) fenômeno (...) que se deve (...) ao regime de ditadura (...) uma verdadeira aliança tática entre largos setores da burguesia interna e das forças populares constituiu-se ali, de início, ou se constituiu ainda, mas com um objetivo preciso e limitado, que foi a derrubada das ditaduras militares e substituição delas por regimes “democráticos” (POULANTZAS, 1975, 48).

Trazendo tais passagens, queremos apenas destacar a ênfase do autor no caráter tático e pontual da aliança, a qual, como ele pontua, já se decompunha em “contradições e fricções” antes de completado um ano do processo (POULANTZAS, 1975, 48), o que aponta para outra diferença entre o contexto europeu da década de 1970 de curtas alianças táticas e o contexto brasileiro da década de 2000 de uma longa frente de 16 anos da burguesia interna brasileira com os movimentos populares.

Concordamos que não podemos engessar nossas políticas em táticas e estratégias imutáveis, que não dialogam com transformações da realidade. Como as classes estão em contante formação e transformação, as táticas e estratégias da militância socialista precisa ser traçada em escolhas na luta de classes, onde novos grupos políticos podem aparecer e processos em que interesses de classes diferentes converjam, em questões conjunturais, podem acontecer. No entanto, nos parece que a tradição autocrática das frações burguesas brasileiras, contrárias à qualquer organização popular, se aprofundou ainda mais durante o processo de golpe e eleição de Bolsonaro.

Com uma grande chance de Lula ser eleito, alguns setores da burguesia agora buscam uma aproximação com Lula para manter sua hegemonia independentemente do resultado eleitoral. No entanto,

2023 não será 2003, e conciliar interesses em um momento de crise e de enfrentamento ao fascismo será muito mais complicado. Para não abaixar as bandeiras que empolgam a campanha – como a nacionalização de setores econômicos essenciais e de bens naturais estratégicos, a reaproximação aos países do sul global, a revogação do teto de gastos para uma forte política de investimentos na educação, saúde e moradia, a construção de uma política ambiental com protagonismo dos povos originários e movimentos camponeses, a concretização de uma nova legislação trabalhista, previdenciária e tributária, etc. – será necessário enfrentar com muito mais força consensos burgueses em torno da associação subalterna do Brasil ao capital-imperialismo, bem como das desestatizações e dos ajustes fiscais. Pela vida das nossas próprias organizações, é fundamental manter acesa a chama destas lutas para minar a hegemonia burguesa na nova frente que se forma.

Referências

AMCHAM & CNI. Acordo para evitar a dupla tributação entre o Brasil e os Estados Unidos: caminhos para uma possível convergência.

APEMEC. As leis brasileiras e a corrupção internacional. 16 de março de 2015.

Atlantic Council & APEX Brasil. Comércio e investimentos Brasil-EUA: aprofundando as relações econômicas bilaterais. Março de 2020.

FIERGS. Balanço 2016 e perspectivas 2017 para economia. Dezembro de 2016.

BOITO, Armando. Reforma e crise política no Brasil: os conflitos de classe nos governos do PT. Editora Unicamp, 2018.

- BOITO, Armando. O uso do conceito de fração burguesa na análise da atuação política do empresariado e a burguesia interna no período atual. Em CAMPOS, Pedro & BRANDÃO, Rafael. Dimensões do empresariado brasileiro. Editora Consequência, 2019.
- BOITO, Armando. Dilma, Temer, Bolsonaro: crise, ruptura e tendências na política brasileira. Editora Phillos, 2020.
- BRAGA, Felipe. A burguesia industrial na crise do governo Dilma. Em VALLE, André & NARCISO, Pedro. A burguesia brasileira em ação: de Lula a Bolsonaro. Enunciado Publicações, 2021.
- CHICOLA, Philip. Boicote de soja na região amazônica. Embaixada dos EUA em Brasília, 28 de julho de 2006.
- COELHO, Eurelino. Derrotas recorrentes, ideias persistentes: exame de uma hipótese sobre os governos Lula-Dilma à luz do golpe e da eleição de Bolsonaro. Em SILVA, Carla & OLIVEIRA, Ângela. Direitos, democracia e lutas sociais em tempos de crise. FCM, 2020.
- CNI. Comunicado à nação. 17 de março de 2016.
- CFR. Global Brazil and U.S.-Brazil Relations. Council on Foreign Relations, 12 de julho de 2011.
- DREIFUSS, René. A internacional capitalista: estratégia e táticas do empresariado transnacional (1918-1986). Editora Espaço e Tempo, 1986.
- FERREIRA, Mariana. O agronegócio da soja e a indústria têxtil frente a política externa brasileira para a China (2003-2010). Em VALLE, André & NARCISO, Pedro. A burguesia brasileira em ação: de Lula a Bolsonaro. Enunciado Publicações, 2021.
- FIERGS. Balanço 2015 & Perspectivas 2016.

- FIERGS. Balanço 2016 & Perspectivas 2017.
- FONTES, Virgínia. Um processo de direitização significa imposição do medo à maioria da população. 17 de março de 2016.
- FONTES, Virgínia. Dirigimo-nos para um governo chantagista que vai implantar o programa da grande rapinagem. Correio da Cidadania, 28 de abril de 2016.
- FONTES, Virgínia. Diretas Já são muito pouco diante das nossas necessidades. Correio da Cidadania, 7 de junho de 2017.
- FONTES, Virgínia. O capital, frações, tensões e composições. Em CAMPOS, Pedro & BRANDÃO, Rafael. Dimensões do empresariado brasileiro, 2019.
- MACIEL, Alice. Como as federações empresariais se articularam pelo impeachment. Agência Pública, 25 de agosto de 2016.
- McMULLEN. Brasil: associações industriais e comerciais pressionam por maior colaboração Brasil – Estados Unidos. Consulado dos EUA em São Paulo, 27 de março de 2007.
- McMULLEN. Oportunidades perdidas: empresários paulistas falam sobre a ineficiência econômica do governo brasileiro. Consulado dos EUA em São Paulo, 19 de abril de 2006.
- MENDONÇA, Sônia. Estado e hegemonia do agronegócio no Brasil. Revista História & Perspectivas, v. 1, nº 3233, 2005.
- NARCISO, Pedro. O pré-sal e a burguesia no segundo governo Lula. Em VALLE, André & NARCISO, Pedro. A burguesia brasileira em ação: de Lula a Bolsonaro. Enunciado Publicações, 2021.
- ONU. Integridade no setor de construção: discutindo dilemas e propondo soluções para o mercado. Maio de 2018.

- CONSTRUCT. Perspectivas para o setor de construção civil em 2017. 21 de dezembro de 2016.
- VALOR ECONÔMICO. Por um bom plano, país está disposto a sacrifício, afirma Wongtschowski. 18 de dezembro de 2015.
- PARAIZO, Maria. O fracionamento de classes no interior do agronegócio e os governos neodesenvolvimentistas. Em VALLE, André & NARCISO, Pedro. A burguesia brasileira em ação: de Lula a Bolsonaro. Enunciado Publicações, 2021.
- POULANTZAS, Nicos. As classes sociais no capitalismo de hoje. Rio de Janeiro: Zahar, 1974.
- POULANTZAS, Nicos. A Crise Das Ditaduras: Portugal, Grécia, Espanha. 1975.
- VALLE, André & NARCISO, Pedro. Introdução. Em VALLE, André & NARCISO, Pedro. A burguesia brasileira em ação: de Lula a Bolsonaro. Enunciado Publicações, 2021.
- VAZQUEZ, João. Grupos financeiros, entidades de representação de classe e seus posicionamentos sobre a nova matriz econômica do primeiro governo Dilma Rousseff (2011-2014). Em VALLE, André & NARCISO, Pedro. A burguesia brasileira em ação: de Lula a Bolsonaro. Enunciado Publicações, 2021.
- WHITE. Setor privado otimista para economia brasileira em 2010. Consulado dos EUA em São Paulo, 11 de janeiro de 2010.